



Sindsep/MA realiza atividade em alusão ao Dia Internacional da Mulher

O Sindsep/MA realizou na manhã de hoje, 08 de março, em sua sede, uma atividade em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

O evento contou com boa participação das mulheres, que estiveram na sede da entidade, onde receberam um brinde comemorativo referente à data, e ainda foram convidadas para um lanche oferecido pelo sindicato.

Essa atividade já faz parte do calendário de festividades da entidade, que nos últimos dois anos ficou suspenso por conta da pandemia.

Voltando de forma cautelosa às nossas atividades presenciais, a Direção Executiva resolveu propor uma atividade que fortalece a participação da mulher dentro das organizações sociais, ratificando assim, a posição do sindicato nas discussões de gênero.

À tarde, as entidades sindicais, sociais e movimento feminista irão realizar uma atividade em alusão ao Dia Internacional da Mulher, na Praça Deodoro, a partir das 15h.

Em todo o Brasil o movimento feminista caminhará sobre o lema “Pela vida das mulheres, contra a fome, o desemprego e a carestia – Bolsonaro Nunca Mais!”, movimentos feministas voltarão a ocupar espaços públicos com as lutas das mulheres.



8 DE MARÇO

DIA INTERNACIONAL DA Mulher

Muitas mulheres já passaram por nossas vidas para permitirem que esse dia exista até hoje.

Que sigamos lutando juntos pela vida das próximas mulheres!

A todas as mulheres que se dedicam e se esforçam pra fazer do mundo um lugar melhor todos os dias.

Parabéns !!!

Filiado à CUT CONDESP FENOSPE

SINDSEP
MARANHÃO

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO



Mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e baixos salários

As trabalhadoras brasileiras, que vão às ruas nesta terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher, lutar pela vida, contra a fome, o desemprego, a carestia e, conseqüentemente pelo “Bolsonaro Nunca Mais!”, ainda têm muito a lutar pela igualdade de direitos, especialmente no mercado de trabalho.

Mesmo sendo maioria - 52% da população brasileira é formada por mulheres -, e em geral estudem mais, elas têm menos oportunidades no mercado de trabalho, não progredem nas carreiras como os homens; em épocas de crise são as primeiras a serem demitidas e as últimas a serem recontratadas, com salários mais baixos; e sofrem com o machismo, com assédios morais e sexuais.

E em governos de direita, mais preocupados com cortes de gastos do que com o bem-estar da população, como é o caso do governo de Jair Bolsonaro (PL), as mulheres sofrem também com a falta de políticas públicas mais assertivas que as contemplem para que possam exercer suas atividades profissionais. Exemplos dessas políticas são o aumento no número de creches e maior estabilidade no emprego após a volta da licença maternidade.

Falta de oportunidades e igualdade

Dados atualizados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNDA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o 4º trimestre de 2021, mostra que mu-

lheres com 14 anos ou mais de idade representam apenas 43,8% do total de pessoas na força de trabalho e 41,6% entre o total de ocupados e ocupadas.

Por outro lado, entre as pessoas desocupadas as mulheres representam 52,2% e entre as pessoas fora da força de trabalho são 64,2%.

De acordo com um levantamento do Dieese, a situação só piorou nos últimos sete anos. A recessão, em 2015 e 2016, seguida de baixo crescimento nos três anos seguintes, restabeleceu e aprofundou características como alta taxa de desemprego, crescente informalidade, desigualdade de oportunidades e aumento do número de pessoas subutilizadas da força de trabalho, diz o estudo sobre mercado de trabalho feminino feito pela coordenadora do Dieese Nacional Patrícia Pelatiere e pela técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional Adriana Marcolino.

Segundo uma pesquisa do IBGE, em 2019, a participação das mulheres sem filhos na força de trabalho é 35,2% maior em relação à participação daquelas com filhos. Ao contrário, os homens que têm filhos não enfrentam nenhuma desvantagem.

O que o governo deveria fazer para reduzir essa desigualdade no mercado de trabalho

As primeiras medidas a serem tomadas para mudar este cenário de desigualdade e preconceito com as trabalhadoras, em especial as grávidas ou nas chamadas ‘idades férteis’, é a ampliação dos horários de atendimento das cre-

ches, o aumento no número de vagas disponíveis no mercado de trabalho para as mães trabalhadoras e o fim das demissões após o término da licença maternidade, pontua Adriana Marcolino.

“Os horários de atendimento das creches não são compatíveis com os horários em que essas mães saem do trabalho, o que acaba provocando mais demissões”, diz a técnica, que critica outra política muito comum das empresas que é demitir a mulher quando ela volta da licença maternidade. “É preciso uma política de estabilidade maior no emprego para que as mulheres possam readequar suas vidas ao trabalho”, diz.

Reformas Trabalhista e da Previdência pioraram a vida das mulheres

Além da falta de políticas públicas para o mercado de trabalho, as reformas neoliberais: a trabalhista (2017, no governo do ilegítimo Michel Temer, do MDB) e a previdenciária (2019, de Bolsonaro) pioraram a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A primeira retirou, flexibilizou e/ou desregulamentou direitos trabalhistas, criou um ambiente desfavorável à negociação coletiva, procurou desarticular a estrutura sindical, reduziu o acesso à Justiça do Trabalho, entre outros pontos.

Já a segunda dificultou o acesso aos benefícios previdenciários e reduziu o valor do benefício.

Fonte: Cut.org.br/noticias